



**FACULDADE UNIRB MOSSORÓ
CURSO DE BACHARELADO EM ODONTOLOGIA**

VITÓRIA DAYANE FELIX DE OLIVEIRA

**FLUXO DE ENCANINHAMENTO PARA ATENÇÃO TERCIÁRIA DE
PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS
NO TRATAMENTO ODONTOLÓGICO**

**MOSSORÓ
2023**

VITÓRIA DAYANE FELIX DE OLIVEIRA

**FLUXO DE ENCANINHAMENTO PARA ATENÇÃO TERCIÁRIA DE
PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS
NO TRATAMENTO ODONTOLÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Odontologia na Faculdade Unirb Mossoró, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Odontologia.

Professor Orientador: Thiago Fernando de Araújo Silva

**MOSSORÓ
2023**

FACULDADE UNIRB MOSSORÓ

Oliveira, Vitória Dayane Felix de

Fluxo de encaminhamento para atenção terciária de pacientes com necessidades especiais no tratamento odontológico/ Vitória Dayane Felix de Oliveira – Mossoró - RN, 2023.

25f.

Monografia (graduação) do Curso de Bacharelado em Odontologia
– Faculdade UNIRB Mossoró

Orientador : Prof : Thiago Fernando de Araújo Silva

1. Odontologia. 2. Pessoa com necessidades especiais.
3.Sistema único de saúde-sus. I. Título.

CDD 617.6

VITÓRIA DAYANE FELIX DE OLIVEIRA

**FLUXO DE ENCAMINHAMENTO PARA ATENÇÃO TERCIÁRIA DE PACIENTES
COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO TRATAMENTO ODONTOLÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do Grau de Bacharelado em Odontologia na Faculdade Unirb Mossoró.

Aprovado em 26 de JUNHO de 2023.

Banca Examinadora



Thiago Fernando de Araújo Silva – Orientador
Me. Em Saúde e Sociedade – UERN.
Faculdade Unirb Mossoró – UNIRB.



Dijenaide Chaves de Castro – Professora
Dra. Em Psicobiologia – UFRN.
Faculdade Unirb Mossoró – UNIRB.



Juney Alexandre de Sousa Canuto – Professor Convidado
Me. Em Saúde e Sociedade – UERN.

AGRADECIMENTOS

A caminhada foi longa, sair de uma cidade do interior em busca dos meus sonhos não foram nada fácil. Por isso, agradeço primeiro a Deus que me proporcionou chegar até aqui, concedendo-me forças para vencer os desafios e coragem para seguir.

A minha mãe Janaína Felix, pelo amor, carinho, paciência, ensinamentos, por depositar toda a confiança em mim e por não medir esforços para que eu pudesse ter a oportunidade de estudar.

A minha vó Maria de Fátima Felix, que foi a minha palavra de conforto nas minhas inseguranças.

Aos meus irmãos, Juliana Felix Freire e Júlio Emerson Felix, que estiverem sempre torcendo pela minha vitória.

Aos meus professores que contribuíram positivamente para o meu crescimento até aqui e que levarei comigo para a vida inteira.

A minha querida dupla Larissa Ranielly, que caminhou ao meu lado nos bons e maus momentos. Obrigada pela amizade, apoio e por tornar a rotina da faculdade menos cansativa

Ao Mestre Juney Canuto que não mediu esforços em ajudar, sempre com muita paciência e dedicação.

Ao meu noivo Anderson Souza que esteve sempre comigo, me dando forças e apoio nos momentos difíceis.

RESUMO

Com base no atual panorama enfrentado pelas populações carentes brasileiras no quesito saúde pública, a odontologia tem buscado devidamente o estudo de metodologias que venham a inserir pessoas portadoras de necessidades especiais nos três níveis de atenção básica do Sistema Único de Saúde – SUS. Diante disso, o estudo tem por objetivo principal analisar os três níveis de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde de maneira a definir os fluxos de encaminhamento da Pessoa com Necessidades Especiais ao devido tratamento clínico e odontológico. Sendo assim, a metodologia empregada para o desenvolvimento da mesma se deu através de uma revisão de literatura onde foram consultadas as principais obras e trabalhos científicos relacionados ao assunto. Assim, a pesquisa encontrou sete artigos responsáveis por fundamentar a hipótese proposta. Com isso, concluiu-se que ficou clara a necessidade de melhores políticas públicas no Sistema Único de Saúde que garantam a acessibilidade e trânsito entre os níveis de atenção básica odontológica, confirmando a existência da problemática discutida no estudo.

Palavras-chave: Odontologia; Pessoa com Necessidades Especiais; Sistema Único de Saúde – SUS.

ABSTRACT

Based on the current situation faced by disadvantaged populations in Brazil regarding public health, dentistry has been properly studying methodologies that can effectively include people with special needs in the three levels of primary care in the Sistema Único de Saúde (SUS). Therefore, the main objective of this study is to analyze the three levels of health care in the Unified Health System in order to define the referral protocols for people with special needs to receive appropriate clinical and dental treatment. The methodology used for the development of this study involved a literature review in which the main works and scientific papers related to the subject were consulted. The research found seven articles responsible for supporting the proposed hypothesis. Thus, it was concluded that the need for better public policies in the Unified Health System that ensure accessibility and movement between the levels of basic dental care is evident, confirming the existence of the problem discussed in the study.

Keywords: Dentistry; Sistema Único de Saúde (SUS); People With Special Needs.

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
INTRODUÇÃO	8
METODOLOGIA	10
REFERÊNCIAL TEÓRICO	11
3.1 NÍVEIS DE ATENÇÃO BÁSICA E ODONTOLÓGICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNEs	11
3.2 A FACE DA ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES NO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	15
RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

Com base nos atuais parâmetros determinados pela Constituição Federal de 1984, mais conhecida como a “Constituição Cidadã”, a saúde bucal, em seu âmbito público, tem sido priorizada e exercida de forma plena de acordo com a implantação do Sistema Único de Saúde – SUS. No mais, a Odontologia se tornou parte dessa integração de políticas públicas que garantem o acesso da população a esse serviço.

Assim, a atenção odontológica exercida para toda a população no contexto do SUS evoluiu de forma significativa no decorrer dos anos, levando assistência e amparo para todos aqueles que necessitem (BRASIL, 2018). No entanto, a saúde bucal brasileira preocupou-se, inicialmente, em atender a demanda das populações mais restritas do país através de programas coletivos, ocasionando assim, na exclusão da outra parcela populacional necessitada dessa assistência. (BRASIL, 2018, apud OLIVEIRA & SALIBA, 2005).

Dentre esses grupos, pode-se citar os pacientes portadores de necessidades especiais – PNEs, onde segundo a odontologia, são indivíduos que possuem alguma limitação, seja ela temporária ou permanente, bem como de natureza visual, psíquica, sensorial ou emocional, que necessitam de uma abordagem diferenciada em seu atendimento de maneira a atender as suas principais demandas. (BRASIL, 2018).

Porém, como cita a Cartilha de Atenção a Saúde Bucal no Sistema Único de Saúde (2018), o atendimento a pessoa portadora de necessidades especiais deverá seguir os fluxos previstos na lei como para qualquer outro paciente, sem que haja exclusão ou falta de atenção para esse grupo, uma vez que seu tratamento clínico exigirá uma série de parâmetros específicos.

Condessa (2019) reforça que, na contemporaneidade, medidas necessitam ser efetivadas de maneira que seja possível a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais à saúde bucal no SUS. Dessa forma, a delimitação prevista para o presente trabalho surge da necessidade de análise dos três níveis básicos da saúde no que tange o atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais – PNEs no SUS, tendo como foco principal a atenção odontológica. Assim, espera-se verificar o funcionamento do serviço prestado a essa parcela da população em decorrência da aplicação das atuais políticas públicas no âmbito brasileiro.

Mediante as justificativas anteriores, tendo como base os três níveis de atenção à saúde odontológica no Sistema Único de Saúde, a presente pesquisa tem como principal interrogativa: É possível a verificação de um fluxo especializado no atendimento odontológico de pessoas portadoras de necessidades especiais com base nas três esferas de atenção à saúde pública?

Com base no conhecimento a ser analisado em relação a proposição de melhores condições de atendimento à Pessoas portadoras de deficiências e necessidades especiais, a realização da presente pesquisa se faz de grande relevância para o setor público e as demais áreas da sociedade atribuídas aos campos da saúde pública.

Concomitante a isso, a pesquisa beneficiará de forma concisa a construção de um conhecimento voltado à acessibilidade no setor público de saúde, sendo de grande relevância para o ramo acadêmico e científico. Ainda assim, com a sua realização, será possível a análise de melhores metodologias de atendimento a pessoas com necessidades especiais no Sistema Único de Saúde, tendo ênfase na Odontologia.

Portanto, a realização da mesma torna-se justificado em decorrência da grande contribuição proporcionada tanto nos meios acadêmicos quanto na busca pela acessibilidade e melhora no atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais. Através de sua elaboração, espera-se compreender melhores fenômenos pelos quais o Sistema Único de Saúde compreende no encaminhamento de desses indivíduos no tratamento odontológico.

Conforme as justificativas citadas anteriormente, o presente trabalho tem por objetivo primário analisar os três níveis de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde de maneira a definir os fluxos de encaminhamento da Pessoa com Necessidades Especiais ao devido tratamento clínico e odontológico.

Possui ainda por objetivos específicos destacar a importância do atendimento odontológico para pessoas com necessidades especiais Além de descrever por meio de um fluxograma o processo de encaminhamento para atendimento odontológico e clínico de pacientes com necessidades especiais. Bem como avaliar a possibilidade de um fluxo de pacientes para a regulação dos municípios.

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido trata-se de uma revisão de literatura sobre a saúde bucal de pessoas portadoras de necessidades especiais – PNEs nas três esferas de atenção básica do Sistema Único de Saúde – SUS. A busca bibliográfica foi desenvolvida por meio de informações nas bibliotecas virtuais: *Lilacs*, *Medline*, *Scielo*, *Bireme*, *Pubmed* e *Google Scholar* com as seguintes palavras-chave: saúde bucal, pessoas com necessidades especiais, Sistema Único de Saúde, utilizadas de forma combinada e traduzidas para o inglês.

Foram incluídos artigos científicos que abordassem o tema proposto, publicados entre os anos 2018 à 2023 nos idiomas português e inglês. Produções não disponíveis gratuitamente na íntegra e de forma virtual foram excluídas. Para acesso ao texto completo, foram usados os seguintes recursos: link disponível diretamente na base de dados e buscas no portal do periódico em que o artigo foi publicado.

A análise das informações foi realizada por meio de leitura exploratória e analítica do material encontrado.

Para aplicação dos artigos, inicialmente, foi realizada uma triagem dos títulos relacionados ao tema em questão. Esta seleção se baseia nos títulos da abordagem como ideia principal os fluxos existentes responsáveis pelo encaminhamento de pessoas com necessidades especiais no tratamento odontológico no SUS. Ao final da busca, foram excluídos os títulos repetidos e artigos que não eram relacionados ao assunto e os que não se aplicam ao tema escolhido. Em seguida foi feita a leitura detalhada dos resumos dos artigos a fim de selecionar aqueles que abordassem exclusivamente o presente tema.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

De maneira a complementar o conteúdo da atual delimitação, o presente tópico abordará acerca dos conhecimentos já existentes elaborados outrora por estudiosos e autores do assunto, com o intuito de compreender os caminhos aos quais a elaboração da pesquisa será dada. Partindo desse pressuposto, o mesmo será dividido em duas partes, onde a primeira falará sobre o papel do Sistema Único de Saúde na atenção primária odontológica e a segunda em decorrência de fluxos de encaminhamento de pacientes especiais existentes no setor odontológico.

a. NÍVEIS DE ATENÇÃO BÁSICA E ODONTOLÓGICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNEs.

Em um primeiro momento, o atual subtópico realizará uma síntese do conhecimento pré-existente com relação à definição de Pessoa com Necessidades especiais - PNEs, bem como do Sistema Único de Saúde, relatando a sua finalidade e criação estipulada por lei, bem como sua relação na atenção à saúde da pessoa com necessidade especial no atendimento odontológico.

Em síntese, Santos (2021) explica que o termo dado à Pessoa com Necessidades Especiais – PNEs se faz ao indivíduo cuja qualidade de vida seja devidamente prejudicada por fatores genéticos, de nascimento ou por eventos ocorridos no decorrer de sua história que o impossibilitem de maneira geral ao exercício de práticas físicas, mentais, sensoriais, comportamentais ou de crescimento.

Na odontologia, pessoa portadora de necessidades especiais - PNEs é aquela detentora de uma incapacidade, permanente ou não, das suas principais faculdades físicas, psicológicas, visuais, emocionais ou de crescimento, que a impossibilite de receber os devidos cuidados necessários no âmbito da saúde bucal no sistema único de saúde. (BRASIL, 2018).

Ainda assim, o desenvolvimento desses fatores está relacionado, em sua grande maioria, a defeitos genéticos trazidos em sua árvore genealógica, bem como adquirida por situações cotidianas da vida, tais como acidentes ou traumas em determinada parte do corpo, ocasionando assim, numa incapacidade temporária ou permanente de suas faculdades sensoriais e motoras. (BRASIL, 2018).

Com isso, o atendimento desse indivíduo, em muitos casos, deverá ser efetuado de maneira individualizada, necessitando de cuidados específicos de acordo com a sua doença de base. (SAQUER *et al*, 2022 *apud* BRASIL, 2005). De maneira a reduzir também os custos de seu tratamento e acolhimento no âmbito odontológico, a identificação da devida necessidade do paciente se faz de grande utilidade na hora da análise clínica. (SAQUER *et al*, 2022).

De acordo com a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, responsável pela disposição de melhores condições de recuperação, promoção e proteção à saúde do indivíduo, determina, em seu art. 4, que seja criado o Sistema Único de Saúde, atribuindo ao mesmo a responsabilidade do estado com a garantia da prestação dessas diretrizes.

O art. 4 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 relata as seguintes atribuições:

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 1º Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde. **§ 2º** A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

Em relação aos objetivos desse órgão, o art.5 da Lei nº 8.080/1990 afirma que:

Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:
I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei; III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Ainda assim, carente de políticas públicas que garantissem o pleno funcionamento da saúde bucal, o Sistema Único de Saúde lançou a iniciativa Brasil Sorridente, programa responsável pela inserção da população inserida na linha da pobreza e vulnerabilidade social aos devidos cuidados odontológicos. (CONDESSA, 2019). O sistema foi responsável por prestar pequenos atendimentos a sociedade, como: extrações, procedimentos restauradores, etc. (BRASIL, 2018).

Diante disso, a iniciativa intitulada Brasil Sorridente determinou que o atendimento a ser efetuado em Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais – PNEs deverá ser realizado em todas as esferas da Rede de Atenção à Saúde do SUS. (BRASIL, 2018).

Conforme suas metodologias de ação impostas pela sua responsabilidade, o órgão possui como métodos descentralizadores a adoção de três níveis de assistência e auxílio básico a saúde a ser prestada, sendo estes o primário, secundário e terciário. (PORTAL SAMISAÚDE, 2022).

De forma concreta, o SUS possui três níveis nas esferas da Rede de Atenção à Saúde Bucal, sendo eles: Atenção primária à Saúde (APS); Atenção Secundária (Centros de Especialidades Odontológicas – CEO e Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso – PADI), e a Atenção Terciária (Grandes Centros Hospitalares Especializados e Hospitais em geral). (BRASIL, 2018).

O Setor Primário, composto pelas Equipes de Saúde Bucal (ESB), é responsável por possuir um olhar generalista em relação ao caso clínico a ser abordado no âmbito hospitalar, prestando um atendimento multidisciplinar bem como possuindo a tarefa de acolher o paciente nas primeiras queixas e lhe encaminhar para os demais níveis, se assim for necessário. (BRASIL, 2018).

De acordo com o Portal SamiSaúde (2022) o setor de atenção primária tem como objetivo principal a realização dos primeiros cuidados a serem adotados mediante a prestação de serviço a saúde, efetuando atendimentos à família e ao trabalhador brasileiro de forma a atender as necessidades iniciais, sendo este responsável pelo encaminhamento para os demais setores e sendo composto principalmente por médicos e enfermeiros. Com isso, a odontologia pode ser encontrada no atual setor, prestando atendimento especializado a esses indivíduos em prol dos cuidados bucais.

Entre todos os níveis, o primário possui a responsabilidade primordial de inserir e coordenar o acesso ao tratamento bucal no Sistema Único de Saúde – SUS, sendo pioneiro no atendimento e acolhimento do paciente no decorrer do seu percurso ambulatorial. (CONDESSA, 2019).

O nível de atenção primária deve ser o principal responsável pelo acesso da maior parte dos cuidados com a saúde bucal da população, de maneira a garantir a

orientação, vinculação e devida educação para logo em seguida ser dado o prosseguimento no atendimento clínico. (BRASIL, 2018).

Assim, grande parte das necessidades dos PNEs podem ser atendidas no setor primário de atenção básica à saúde bucal no SUS, onde por sua vez, poderão ser efetuados procedimentos como avaliação, tratamento e acompanhamento, onde na maioria dos casos, são utilizados fluxos iguais para alguns grupos de indivíduos. (BRASIL, 2018).

Com isso, uma vez que o atendimento possua tamanha complexidade em sua realização, o sistema primário torna-se ineficiente no acolhimento do paciente com determinada patologia clínica, tendo como exemplo o encaminhamento de casos oriundos das Unidades Básicas de Saúde (UBS) para centros especializados, possuindo ênfase no âmbito da saúde bucal. (BRASIL, 2018).

Em complemento ao pensamento anterior, o nível de atenção secundária a saúde da pessoa portadora de necessidades especiais é composta pelos:

- Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso (PADI).
- Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs).

Onde cada um possui uma especificação diferente bem como uma função distinta pronta para atender as necessidades da população. (BRASIL, 2018).

O Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso (PADI) pode ser definido através da Portaria nº 963 de 27 de maio de 2013 do Ministério da Saúde, onde foi dada a função de prestar assistência especializada para pacientes do SUS em sua devida residência, de maneira que o mesmo não fique restrito somente a população idosa. (BRASIL, 2018).

Os Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) foram definidos através da Portaria nº 599/GM, de 23 de março de 2006, tendo como principal função atender o público portador de necessidades especiais no SUS, e redigir os Laboratórios especializados na confecção de próteses dentárias, realizando o atendimento no âmbito ambulatorial.

Portanto, o setor secundário de atenção à saúde é responsável por receber os pacientes encaminhados diretamente do setor primário que apresentam cerca especificidade na realização de seu atendimento, sendo estes possíveis casos de urgência e emergência bem como a necessidade da atenção de um profissional

especialista, tendo como exemplo um cirurgião ou cardiologista. (PORTAL SEMISAÚDE).

Por fim, o setor terciário de atenção à saúde, conforme menciona o Portal SamiSaúde, é responsável pela estruturação de grandes estruturas hospitalares que estarão de prontidão com equipamentos de ponta para a realização de casos extremamente de caráter urgente, onde há risco de vida e a necessidade de monitoração condicional do paciente em questão.

Assim, os pacientes que não conseguirem o devido tratamento a ser realizado nos níveis primários e secundários serão encaminhados diretamente ao nível terciário de atenção a saúde da pessoa com necessidades especiais. (BRASIL, 2018).

Ao adentrar no nível terciário, os pacientes em questão serão submetidos a grandes centros hospitalares especializados no acolhimento de patologias mais complexas nas quais os primeiros níveis não supriram a demanda. (BRASIL, 2018). Um dos principais motivos do atendimento nesse nível se dá pela necessidade de aplicação e eleição de anestesia geral no indivíduo a fim de realizar o devido tratamento. (BRASIL, 2018).

Para reforçar o pensamento, Condessa (2019) explica que o atendimento odontológico a ser prestado no âmbito público para pacientes que possuam algum tipo de necessidade especial é de responsabilidade de todos os níveis de atenção básica da saúde, tendo o Sistema Único de Saúde – SUS como o principal protagonista na acessibilidade desses indivíduos.

b. A FACE DA ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.

No presente sub tópico será realizada a análise da atual face do atendimento odontológico oferecido pelo poder público através do Sistema Único de Saúde no Brasil. Serão discutidos os principais impasses nos quais pacientes portadores de necessidades especiais enfrentam durante o procedimento de acolhimento e devido encaminhamento para a preservação da saúde bucal.

De acordo com Ortega *et al* (2019), o atendimento odontológico a ser prestado, bem como a metodologia e os fluxos utilizados para pessoas portadores de deficiências físicas, visuais ou de natureza psicológica deve diferir da abordagem a

ser efetuada em indivíduos considerados saudáveis, uma vez que quaisquer mudanças poderão afetar negativamente nos resultados do tratamento.

No que diz respeito aos pacientes portadores de doenças intelectuais, a dificuldade no acesso a um devido atendimento de qualidade no Sistema Único de Saúde tem sido fator primordial para a contribuição no aparecimento de doenças pela higienização inadequada oferecida para este grupo. (SANTOS, 2021).

No atual sistema de saúde prestado em Unidades Básicas de Saúde brasileiras, a fila de espera para receber o atendimento carece de medidas eficientes que agilizem o acesso dos cidadãos ao serviço odontológico. (SANTOS, 2021). Diante dessas ressalvas, os pacientes portadores de necessidades especiais se fazem presentes em grande parte dessa parcela, possuindo dificuldades na reserva de uma vaga. (SANTOS, 2021).

No estudo realizado por Santos (2021), 67% dos pacientes entrevistados relataram que ao adentrar na rede de assistência básica de saúde bucal encontraram grande dificuldade na reserva de uma vaga, impossibilitando assim, a prestação do atendimento odontológico para essa parcela da população nas Unidades Básicas de Saúde – UBS.

Através do estudo de Santos (2021), fica evidente a necessidade extrema de uma priorização no atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais com ênfase na deficiência intelectual nos centros odontológicos especializados de maneira preventiva, bem como na rede básica de saúde.

Com relação aos pequenos municípios brasileiros, Abreu (2021) ressalta que a disparidade no atendimento e na prestação de um serviço de qualidade na saúde bucal se faz escassa, necessitando assim, de melhores práticas e políticas públicas municipais no que diz respeito ao âmbito odontológico.

Segundo Abreu (2021), a prestação da acessibilidade para a pessoa com deficiência no SUS em alguns municípios brasileiros carece de políticas internas e de boas práticas no atendimento a saúde bucal dessa população, ocasionando numa conjuntura no nível primário de atenção a saúde do SUS na presente cidade.

No que diz respeito o acesso de pacientes portadores de deficiência visual, Silva *et al* (2022) explica que o atendimento se torna cada vez mais difícil no Sistema Único de Saúde – SUS, onde os indivíduos acabam por enfrentar diversos problemas,

onde podem-se citar: Dificuldade na acessibilidade; Escassez de equidade e dificuldade na locomoção e comunicação com a equipe de saúde.

Com base nessas afirmações, o estudo concluiu que seus participantes (portadores de deficiência visual) possuem maior afinidade na aderência do serviço privado odontológico a aquele ofertado pelos níveis de atenção a saúde do Sistema Único de Saúde, pelas barreiras a serem enfrentadas por essa população no acesso ao sistema. (SILVA *et al*, 2022).

No estudo de Condessa (2019) foi afirmado que pessoas portadoras de deficiências graves possuem grande dificuldade no acesso ao sistema de saúde bucal do SUS, devido as suas limitações e a falta de acessibilidade no sistema, levando a uma diminuição no acesso desses indivíduos a um tratamento adequado.

Devido a essa realidade, se faz necessária uma mudança nas políticas de acesso dos pacientes portadores de necessidades especiais no Sistema Único de Saúde e em seus devidos níveis de atenção básica e especializada, de maneira a garantir a acessibilidade e equidade no atendimento a sociedade. (CONDESSA, 2019).

Com base nessa realidade, Saquet (2022) reforça a ideia de uma melhoria no fluxo de encaminhamento de pacientes portadores de alguma deficiência para os níveis de atenção básica a saúde bucal, uma vez que o SUS ainda carece de medidas que possam amenizar o atual impasse.

Em complemento aos impasses vistos anteriormente, Massoni *et al* (2021) afirma em seu estudo que as principais queixas a serem evidenciadas por crianças e adolescentes portadores de alguma deficiência no âmbito odontológico do SUS se deu devido a grande recusa dos profissionais ao atendimento desse público, alegando dificuldades durante os procedimentos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 10 estudos, sendo utilizados 7 (Tabela 1), que se encaixaram nos critérios de inclusão. Os demais estudos não retratavam a proposta do atual trabalho, sendo, portanto, excluídos.

Tabela 1 – Organização dos artigos pesquisados, ordenados por ano de publicação.

Título/autor(es)/ano	Objetivos	Tipo de estudo	Principais achados
Protocolo de acesso ao atendimento odontológico para regulação estadual de pessoas com deficiência. (SAQUET <i>et al</i> , 2022).	Ampliar o acesso e qualificar o atendimento às pessoas com deficiência no Sistema Único de Saúde (SUS).	Quantitativa e Revisão bibliográfica.	Observou-se que a maioria dos municípios referência sua população com deficiência para Florianópolis, ocasionando um afunilamento no fluxo dos encaminhamentos. A articulação entre os diversos níveis de atenção ainda é frágil, o que compromete a integralidade e a intersetorialidade das ações referentes à saúde bucal de pacientes com necessidades especiais.
Assistência em saúde bucal na percepção das pessoas com deficiência visual. (ORTEGA <i>et al</i> , 2019).	Avaliar o acesso das pessoas com deficiência visual aos serviços de saúde bucal e a satisfação delas com o atendimento, além de verificar se há alguma relação com a condição econômica	Pesquisa quantitativa de caráter transversal.	Do total de pesquisados (n=72), 65,28% são do sexo masculino, com idade média de 34,6 anos. Em relação ao acesso aos serviços de saúde bucal, 56,9% dos entrevistados relataram que a última visita ao dentista fazia menos de um ano e a maioria (84,3%) classificou o tratamento da última consulta como bom ou muito bom.
Acesso aos serviços de saúde bucal de crianças e adolescentes com deficiência em um município de grande porte do Nordeste do Brasil. (MASSONI <i>et al</i> , 2021).	Identificar o acesso aos serviços de saúde bucal e as dificuldades no atendimento odontológico de crianças e adolescentes com deficiência, institucionalizados, em Campina Grande, PB.	Pesquisa observacional, descritiva, quantitativa, do tipo transversal.	A maioria das crianças e adolescentes, usuários da APAECG, já havia sido levada ao Dentista. A queixa principal quando do não atendimento, referiu-se à recusa dos profissionais da ESF.

<p>Acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde bucal no Brasil. (CONDESSA, 2019).</p>	<p>Estudar o acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde no Brasil.</p>	<p>Pesquisa de campo qualitativo revisão bibliografia.</p>	<p>de Pessoas com deficiência grave, de e com maior grau de limitação de de apresentaram mais dificuldade em acessar os serviços e são esses casos que devem ser priorizados.</p>
<p>Acesso ao tratamento odontológico em pacientes com deficiência intelectual em Nordestina (BA). (SANTOS, 2021).</p>	<p>A análise acerca das principais dificuldades encontradas por pacientes com deficiência intelectual na cidade de Nordestina-BA para a realização do acompanhamento odontológico nos serviços de saúde.</p>	<p>Pesquisa de campo de cunho quantitativo por meio de questionário.</p>	<p>A fila de espera para a realização das consultas se mostrou um problema recorrente, visto que 67% dos entrevistados apresentaram alguma dificuldade de conseguir vaga/agendamento.</p>
<p>Assistência odontológica a pacientes com deficiência: realidade na cidade de São José de Ribamar - MA (3 anos de avaliação). (ABREU, 2021).</p>	<p>Realizar uma do acesso dessa clientela aos serviços de saúde bucal do sistema único de saúde, na cidade de São José de Ribamar – MA, fornecendo dados para implantação de políticas públicas a esta clientela.</p>	<p>Pesquisa de campo de cunho transversal.</p>	<p>Os resultados desta pesquisa evidenciaram que no período avaliado, os pacientes com deficiência, tiveram acesso, com número considerável de procedimentos realizados não somente nos centros de referência, mas na atenção básica na cidade de São José de Ribamar – MA.</p>

Acesso aos cuidados de saúde bucal pelas pessoas cegas: revisão integrativa da literatura. (SILVA <i>et al</i> , 2022).	Este estudo revisou a literatura brasileira dos últimos 10 anos, em busca de artigos que apontem as barreiras de acesso ao serviço odontológico, enfrentadas pelos cegos.	Pesquisa de bibliográfica cunho quantitativo.	O acesso dos deficientes visuais é limitado pelas barreiras urbanísticas, arquitetônicas e atitudinais e sentem-se acolhidos e aceitos nos estabelecimentos odontológicos, mas pela necessidade de rotina preferem o serviço privado, com o mesmo profissional; ao invés do público, com oferta de vagas pelos plantões.
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

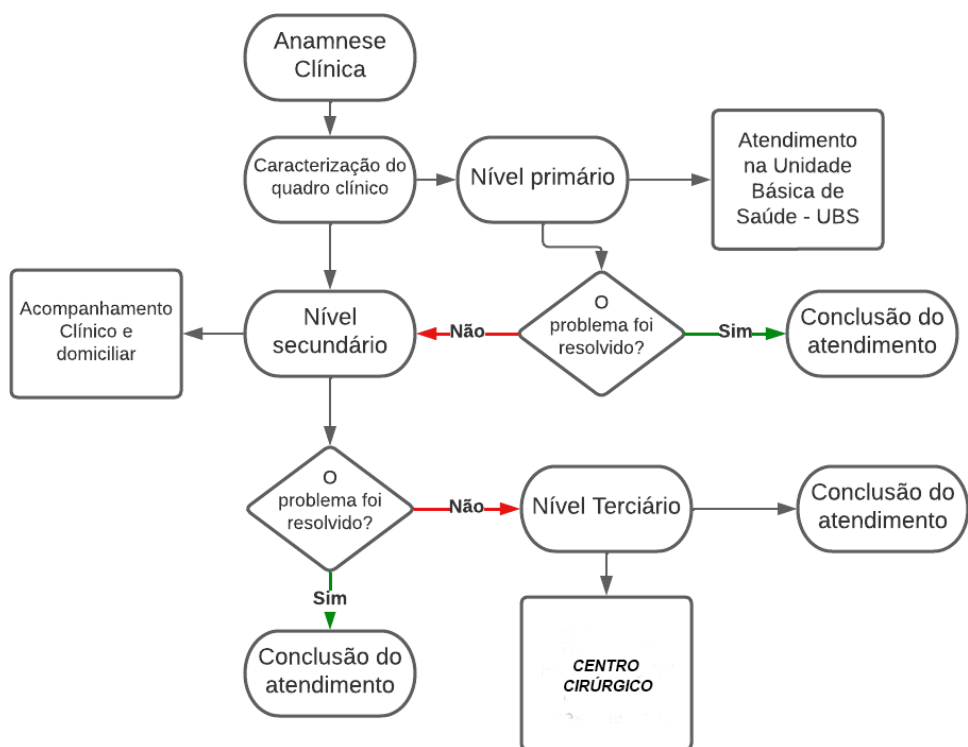
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Através da análise da literatura e os achados visualizados nas obras pesquisadas, ficou claro a necessidade de melhores políticas públicas no Sistema Único de Saúde que garantam a acessibilidade e trânsito entre os níveis de atenção básica odontológica, confirmando a existência da problemática discutida no estudo.

Dentre esses achados, se destacam a dificuldade no atendimento dessa parcela da população, bem como a longa fila de espera. Mediante tais afirmações, a pesquisa limitou-se ao estudo desses casos isolados devido ao curto período de tempo para sua realização, devendo servir assim, como base no desenvolvimento de novas pesquisas com o intuito de auxiliar o âmbito odontológico no seu pleno funcionamento.

Com base na apuração dos resultados, foi possível a elaboração de um fluxograma descrevendo um possível fluxo para encaminhamento de pessoas portadoras de necessidades especiais nos três níveis de atenção básica a saúde bucal no SUS. O gráfico a seguir descreve com êxito os seus parâmetros.

Imagem 1 – Fluxograma de encaminhamento proposto ao Sistema Único de Saúde – SUS.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho realizado, observamos que o Sistema Único de Saúde carece de medidas que auxiliem pessoas portadoras portadores de necessidades especiais a receberem o devido atendimento nos três níveis de atenção a saúde bucal. Através do apurado foi possível a elaboração de uma possível solução intermediária que beneficie o encaminhamento desses indivíduos através de um fluxo esquematizado descrito na figura 1.

Deste modo, o estudo alcançou os devidos resultados esperados com base no seu objetivo geral bem como os específicos ao propor, com base na problemática analisada na literatura, um fluxo esquematizado a ser utilizado como modelo de encaminhamento de pacientes portadores de necessidades especiais ao atendimento no SUS.

Ainda assim, através da aplicação de sua metodologia na análise de obras e estudos recentes na literatura sobre a problemática proposta, foi possível a comprovação da hipótese feita pela pesquisa, concluindo assim, sua elaboração e alcance dos resultados esperados.

No entanto, durante a análise dos estudos de Santos (2021), a pesquisa identificou uma nova problemática no contexto do atendimento desses indivíduos no Sistema Único de Saúde. Assim, o impasse foi descrito através de uma grande fila de espera de pacientes para o recebimento do tratamento, necessitando assim, da construção de um conhecimento que venha a amenizar o devido problema.

Portanto, com base em suas limitações, espera-se que a presente pesquisa sirva como base de literatura na elaboração e na construção de estudos futuros em prol do desenvolvimento social e científico do âmbito odontológico e da saúde pública, tendo como objetivo geral, o avanço e as contribuições a serem dadas a sociedade, ao poder público e a sociedade acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Djanira A. de. **Assistência Odontológica a Pacientes com Deficiência: Realidade na cidade de São José de Ribamar – MA (3 anos de avaliação).** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Sete Lagoas – FACSETE. São Luiz – MA, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção básica. **A Saúde Bucal no Sistema Único de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. **Portaria nº 599, de 23 de março de 2006.** Ministério da Saúde. Define a implantação de Especialidades Odontológicas (CEOs) e de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPDs) e estabelecer critérios, normas e requisitos para seu credenciamento. Brasília, 2006.

BRASIL. **Portaria nº 963, de 27 de maio de 2013.** Ministério da Saúde. Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

CONDESSA, Aline M. **Acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde bucal no Brasil.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

MASSONI, Andreza C. de L. T. *et al.* **Acesso aos serviços de saúde bucal de crianças e adolescentes com deficiência em um município de grande porte do Nordeste do Brasil.** Research, Society and Development, v. 10, n. 5. 2021.

ORTEGA, Mariana M. *et al.* **Assistência em saúde bucal na percepção das pessoas com deficiência visual.** Cadernos Saúde Coletiva, v. 27, p. 331-337, 2019.

PORTAL SAMISAÚDE. **O que são os níveis de atenção primária, secundária e terciária?** Disponível em: <<https://blog.samisaude.com.br/niveis-de-atencao-a-saude>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2022.

SANTOS, Alana S. O. R. dos. **Acesso ao tratamento odontológico em pacientes com deficiência intelectual em Nordestina (BA)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Universitário AGES. Paripiranga, 2021.

SAQUET, Priscila *et al.* **Protocolo de acesso ao atendimento odontológico para regulação estadual de pessoas com deficiência**. Revista de Extensão Eletrônica. V. 19. n. 41. Florianópolis, 2022.

SILVA, Viviane S. et al. **Acesso aos cuidados de saúde bucal pelas pessoas cegas: Revisão Integrativa de Literatura**. Revista Científica Multidisciplinar – RECIMA21. V. 3. N. 6. 2022.